



AUTONOMIAS, FRONTEIRAS E PSICOESFERA NA UNICAMP.

José Reinaldo Braga¹

RESUMO

Analisa-se aqui fenômenos da relação da Prefeitura Universitária com as Unidades de ensino e pesquisa da UNICAMP; relações que se pautam pela autonomia dos lugares, reforçada pela autonomia universitária, cenário que forma um espaço político, territorial e estatal, ímpar. O objetivo é fortalecer a autonomia dos lugares e das Universidades como meio para a democratização do território brasileiro. O objeto é a participação da autonomia dos lugares na democratização do território. Autonomia que gerou fronteiras internas, verdadeiras cercas que foram ultrapassadas pela Prefeitura para resolver problemas locais. São analisadas três intervenções: a iluminação do estacionamento cercado dos Hospitais; o recape de estacionamentos também cercados; e a troca dos telhados de metade dos Pinottinhos – 40 prédios, atendendo 54% das Unidades e 7 Órgãos. Estas intervenções foram formuladas na Prefeitura, sem ouvir os lugares. Os fenômenos analisados são: as racionalidades derivadas das autonomias e que animam a psicoesfera do pessoal da UNICAMP; a participação destas racionalidades na formulação e execução das intervenções; e os resultados das intervenções no uso do território. Aponta-se a necessidade de espaços públicos democratizantes, com maior participação das comunidades locais e externa na formulação de estratégias de enfrentamento aos ataques às Universidades, e que ao mesmo tempo democratize o território organizando os movimentos nas fronteiras universitárias, fortalecendo a autonomia dos lugares e a participação no debate público de todas as vozes e de cada uma delas.

Palavras-chave: Autonomia, Fronteira, Psicoesfera, Democraticidade.

ABSTRACT

This article analyzes phenomena of the relationship between the University Administration and UNICAMP's teaching and research units; relationships based on local autonomy, reinforced by university autonomy, a scenario that forms a unique political, territorial, and state space. The goal is to strengthen the autonomy of localities and universities as a means of democratizing the Brazilian territory. The objective is to ensure that local autonomy participates in the democratization of the territory. This autonomy has generated internal borders, veritable fences that were crossed by the Administration to solve local problems. Three interventions are analyzed: the lighting of the fenced-off parking lots of the Hospitals; the resurfacing of fenced-off parking lots; and the replacement of the roofs of half of the Pinottinhos – 40 buildings, serving 54% of the Units and 7 Departments. These interventions were formulated in the City Hall, without listening to or burdening the places. The elements analyzed are the rationalities derived from autonomy that animate the psychosphere of UNICAMP staff; the participation of these rationalities in the formulation of interventions; and the results of interventions in the use of the territory. There is a need for democratizing public spaces, with greater participation by internal and external communities in the formulation of strategies to confront attacks on universities, and at the same time democratize the territory by reorganizing the role of university boundaries, strengthening the autonomy of places and the participation of all voices and each of them in the public debate.

Keywords: Autonomy, Border, Psychosphere, Democraticity.

¹ Economista, Mestre em Ciência Política e Doutorando em Geografia no IG/UNICAMP, jrb@unicamp.br.



INTRODUÇÃO

Este trabalho foi inicialmente proposto, como diz o Aceite, sem tomar o *espaço público* como categoria central; já o Estado, estava presente no resumo, até porque, a proposta é analisar a democraticidade de fenômenos que animam a territorialização da autonomização de um pedaço, de uma fração – as Universidade públicas – do Estado brasileiro; um pedaço que, e com Nico Poulantzas, tem uma forma e um grau, ou um nível de *autonomia relativa* sem paralelo. De verdade, portanto, e inspirado em Raffestin (1993), trata-se de perquirir a democratização da relação território e Estado capitalista; ou a democraticidade de um território universitário e na perspectiva de que este, e todos os espaços irmãos, possam ser autônomos, democratizantes e assim possam contribuir com a democratização do território nacional.

Agradecendo a oportunidade dada pelo deslocamento do Resumo proposto para este Grupo de Trabalho GT – sem mudar o empírico coletado para pensar a democraticidade da economia política do território universitário, e sem renunciar a ela, como na relação dos lugares com os órgãos financiadores de pesquisas e que, por consequência, participam de forma diferenciada no desenvolvimento de cada lugar do território; agora, aproximando do objetivo do GT e me valendo de trabalho anterior (BRAGA, 2012) –, tomo o empírico coletado como o concreto de um *espaço público estatal*; e analiso sua democratização a partir da relação de autonomia entre os lugares e seus espaços dentro de uma Universidade que é um pedaço do Estado; portanto, pública no sentido de que é estatal; não obstante, o uso do seu território – e mesmo a participação dos diferentes segmentos da comunidade (cerca de cinquenta mil pessoas) no debate sobre esses usos – é limitado, e quase que restrito à esta comunidade; mais ainda nos *campis* de Limeira e Piracicaba, cercados e com portarias de controle de acesso.²

Trata-se aqui de um espaço público estatal que se historiciza desde os movimentos de sua autonomia perante o Governo do estado de São Paulo e da autonomia dos seus lugares; um território que tem seu uso dinamizado pelos movimentos dos lugares e seus respectivos espaços de diálogos e deliberações que se organizam como Unidades de ensino e pesquisa ou Órgãos ligados à Reitoria, como a Prefeitura Universitária que responde pela manutenção dos espaços de uso comum, mas também pelas redes de água, energia, alimentação, transporte e iluminação.

² O que é uma questão que participa do debate sobre o espaço público universitário e da cidade na exata medida em que o movimento estudantil tem posição contrária a esta fronteira; e, não obstante a Universidade ter um Termos de Ajuste de Conduta (TAC) assinado com o judiciário burguês municipal e que foi provocado e é controlado pela comunidade residente vizinha ao campus, os discentes constantemente promovem encontros que usam o território para suas confraternizações e ao mesmo tempo receber a participação de comunidades e pessoas que não são parte do cotidiano do campus.



Na figura abaixo, a luminosidade da Cidade Universitária Zeferino Vaz – campus Barão Geraldo – se destaca na iluminação da cidade de Campinas/SP em função da autonomia da Unicamp e, com ela, a autonomia da política de iluminação da Prefeitura Universitária.



UNICAMP à noite; em <https://www.facebook.com/photo/?fbid=1154570730045507&set=pcb.1154570916712155>; vista dia 10/07/2025

Meu objeto de pesquisa é a democraticidade do território; no resumo proposto a relação entre racionalidades da economia política da autonomia universitária com a democratização do território; ou seja, *como e/ou se* as racionalidades derivadas da autonomia e que animam a *psicoesfera* (SANTOS, 2013, 2004) da UNICAMP apontam uma democratização do território. Agora, em termos de *espaço público*, como as racionalidades dos *espaços das Unidades* – isto porque, nestes lugares as razões que governam seu uso são definidas no debate da comunidade local; inclusive com instâncias Colegiadas (como Conselhos, Comissões e Congregação) ou que contam com a participação dos diferentes segmentos da comunidade (o que não existe na Prefeitura), ainda que de forma desproporcional, como determina a própria LDB³; ou seja, como estas racionalidades locais – se relacionam com as racionalidades do pessoal da Prefeitura para pensar o território universitário e tratar as demandas dos seus lugares.

A análise toma como princípio a ideia de que a noção de autonomia, e o respeito às fronteiras dela derivadas, são movimentos democratizantes no sentido de que amplia-se e se

³ Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional: nº 9.394/96 que, não obstante no Art. 56 assegurar “a existência de órgãos colegiados com a participação dos segmentos da comunidade”, diz no seu parágrafo único que: “em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos”.



fortalecem as vozes locais no debate sobre o uso do espaço; sendo os territórios universitários espaços onde a democraticidade é maior do que a do território nacional, a autonomia dos territórios universitários autoriza que se desenvolvam experiências democratizantes que colocam luzes no objeto da democraticidade e cientificidade no objetivo de defender a autonomia universitária como caminho para a democratização do território brasileiro.

Ao menos desde a Constituição Federal de 1988, a ideia de autonomia universitária anima o debate público nacional, inclusive porque ela lá está escrita, e o faz a partir de no mínimo duas dimensões: como demanda por sua efetivação ou a regulamentação da Constituição Federal e, também, enfrentando a necessidade de sua legitimação junto a sociedade. Aqui não se tratará desta questão e menos ainda dos ataques à própria noção de ciência. Ao contrário, com Santos (2004), partimos da ideia de que, no período em que vivemos, a ciência é parte das técnicas de geração de energias e das inovações no uso de força-de-trabalho e de informações nos processos de reprodução da sociedade burguesa globalizada.

Na UNICAMP, a autonomia conquistada em 1989 significou uma ampliação no nível antes restrito às dimensões acadêmicas e administrativa, como são, em geral, nas Universidades Federais. A razão nova na racionalização da autonomia é a financeira: para decidir onde investir os recursos recebidos do Estado (RTE) e para procurar outras fontes de financiamento ou a ampliação dos recursos disponíveis. Ainda que precária, por decorrer de um Decreto – nº 29.598, de 02 de fevereiro de 1989, que pode ser revogado pelo Governador em exercício –, ou seja, não se trata de um dispositivo constitucional, um artigo na Constituição do Estado de São Paulo, sim de um Decreto que pode ser revogado por outro Decreto. Portanto a cada eleição para Governador ou consulta para a reitoria, sempre paira a dúvida: o que se fará em relação à autonomia universitária e seus processos políticos internos.

O Decreto é assinado pelo então Governador do Estado, Sr. Orestes Quécia e, entre outros, por dois Secretários de Estado e, também, professores da UNICAMP: Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Frederico Mathias Mazzucchelli; ele “dispõe sobre providências visando a autonomia universitária” e no seu Artigo 3º diz que caberá ao Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) fixar critérios para a execução orçamentária das Universidades “incluindo os relativos à política salarial de seu pessoal”. É determinante destacar o que disse o professor Belluzzo e reforçado pelo professor Calos Vogt no seminário comemorativo da autonomia e realizado em 2018: “esta experiencia é única no mundo”.⁴ Ou

⁴ <https://www.eco.unicamp.br/instituto/50-anos/a-autonomia-financeira-das-universidades-publicas-paulistas>. Revisitado em 07/07/2025.



seja, não se tem experiência de autonomia universitária como a das Universidades Estaduais Paulistas. Uma fração do Estado capitalista financiado pelo mesmo Estado para, autonomamente, produzir formação universitária e que o faz de formar articulada à produção de conhecimento, ou seja, tendo na sua produção científica o conteúdo do que é compartilhado com os discentes e com a comunidade usuária dos serviços ofertados, seja de forma direta, ou comprando força-de-trabalho universitária através de convênios e assessorias.

METODOLOGIA

Serão analisadas três intervenções da Prefeitura Universitária que ultrapassaram as fronteiras das Unidades e as razões hegemônicas na psicoesfera da autonomia dos lugares da UNICAMP. Primeiro, a iluminação do estacionamento dos Hospitais, um espaço cercado por alambrado para o uso do pessoal destes aparelhos e gestado por eles. Envolvendo outras fronteiras e mais do que uma ao mesmo tempo, temos, primeiro, o recape dos estacionamentos de veículos das Unidades que, cada vez mais, como no caso da saúde, tem sido cercado para o uso exclusivo do pessoal dos respectivos aparelhos; segundo, nesse mesmo sentido, temos a troca e a modernização de metade dos telhados dos prédios conhecidos como Pinottinhos: intervenção que, de uma vez ou em um único contrato, envolveu 40 prédios, 54% das Unidades e 7 Órgãos da administração central.

Estas intervenções, antes mesmo da Lei 14.133/21, foram formuladas no espaço da Prefeitura sem a participação dos lugares envolvidos – a não ser quando da execução –; e as duas últimas executadas com recursos da Reitoria, ou seja, as intervenções foram formuladas “sem ouvir” nem onerar os lugares, contudo adentraram suas fronteiras para resolver problemas antigos e/ou de difícil resolução local, ou de forma autônoma; seja em função da forma como os recursos financeiros da Universidade são distribuídos entre os lugares, seja em função da composição da força-de-trabalho de cada um dos lugares e mesmo da psicoesfera que anima a organização destes trabalhos.

Os fenômenos a serem analisados foram observados do lugar de Vice-prefeito da Cidade Universitária Zeferino Vaz, em Barão Geraldo, Campinas/SP; portanto, trata-se aqui de uma pesquisa-ação teórico-prática. Para a análise, primeiro tomo o território universitário como categoria, seu uso determinado ao mesmo tempo pelas dinâmicas locais e global. Os elementos analisados foram colhidos em reuniões e no cotidiano do trabalho, portanto são observações percebidas e formuladas pelos atores a partir do lugar de cada um nos respectivos processos. E os fenômenos a serem analisados são: as racionalidades derivadas da noção de autonomia e que



animam a psicoesfera da UNICAMP e de seus lugares; a participação destas racionalidades na formulação das intervenções da Prefeitura; e, por fim, os resultados destas intervenções nas condições de uso dos espaços e na relação com a autonomia dos lugares.

O TERRITÓRIO E A PSICOESFERA DA AUTONOMIA

Apenas para dar uma dimensão do tamanho da Cidade Universitária Zeferino Vaz e a dinâmica de uso do seu território, o Plano Diretor UNICAMP informa que o campus de Barão Geraldo, da imagem acima, possui 3.3893.958 M² e 598.429 M² de área construída. Neste campus estão 21 das 23 unidades de ensino e pesquisa, apenas duas unidades – a Faculdade de Odontologia em Piracicaba e a Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) em Limeiras – se encontram, ou possuem *campis* próprios – o que pontua uma outra dimensão do uso do território universitária, a articulação entre os usos e os acessos entre os diferentes *campis*. A página da Universidade⁵ informa que ela conta com 1.982 trabalhadores docente e 6.952 administrativos e técnicos; 13.051 alunos de pós-graduação e 19.647 alunos de graduação; seus dois hospitais possuem 945 leitos e, anualmente, fazem mais de 70.000 cirurgias e 34.000 internações.

Como dito, o objeto aqui é a relação entre diferentes instâncias espaciais que compõem um território, ou esferas públicas que organizam os lugares e suas fronteiras dentro do território do espaço público estatal da UNICAMP; ou ainda, relações entre os poderes da esfera dos lugares do território com o poder da Reitoria e seus Órgãos, como a Prefeitura, que responde pelas condições de uso do território. Ou seja, trata-se de um território que tem sua estrutura de poder do tipo federativo;⁶ onde há um compartilhamento do poder central, o da Reitoria que, através da Prefeitura Universitária, responde pelas políticas territoriais que envolve o conjunto dos lugares de uso comum e convívio no espaço; e os poderes dos lugares do território, poderes estes que dentro de suas fronteiras são exercidos de forma autônoma, da mesma forma que a Universidade exerce sua autonomia em relação ao Estado. Trata-se de um *espaço público estatal autônomo* e que é constituído e animado por múltiplos lugares também autônomos – espaços estes que são mais ou menos públicos, no sentido de serem mais ou menos participativos, ou de terem maior ou menor participação das diferentes razões que animam o cotidiano da comunidade local na definição do uso do lugar e na produção do seu futuro.

⁵ www.unicamp.br

⁶ Tal como é a organização federativa do Brasil, com a divisão de responsabilidades entre os Governos Federal, Estaduais e Municipais, contudo na UNICAMP são duas instâncias: Reitoria e Unidades.



Espaços que, não obstante a participação desigual dos segmentos da comunidade nas instâncias deliberativas (conforme LDB), aqui – no espaço universitário, “em tempos normais”, ou nos marcos da democracia tratada por Habermas (1984) – as decisões podem ser pensadas como racionalizadas através da ação comunicativa dos atores nas respectivas esferas das comunidades locais, razões que, ao definirem os usos dos lugares, se deslocam para a esfera universitária; ou seja, as razões locais são submetidas ao debate público na universidade e ao fazê-lo movimentam o que Santos (2013) chamou de *psicoesfera*, “o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo” (SANTOS; 2033, p. 30), ou, “o reino das ideias, crenças, das paixões e lugar da produção de um sentido” (SANTOS: 2004, p. 256); ou seja, a ideia é de uma *psicoesfera universitária* que dá sentido às razões que organizam o trabalho-vivo dos lugares para que eles possam produzir o valor que os lugares entregam.

Esta *psicoesfera universitária* é anima, portanto, e ao mesmo tempo, pelas razões de uso dos lugares do território e que são definidas no espaço público das Unidades; pelas razões do pessoal dos Órgão, como no caso da Prefeitura onde (e até então, sem a participação direta dos usuários) as atividades de trabalho se organizam a partir dos objetivos de existência das Diretorias; é determinante destacar que a *psicoesfera universitária* é animada, também, pelas razões derivadas da forma como cada lugar do território se relaciona com razões externas à universidade e que participam da racionalização do uso da força-de-trabalho dos lugares para entregar o valor que lhe é esperado; ou seja, a relação que os lugares da Universidade estabelece com a *sociedade civil* e a *sociedade política* – em termos gramscianos –, movimentos que constroem aquilo que Santos (2013, 2004) conceituou como *solidariedades territoriais*, e que se subdividem entre, de um lado, *solidariedade orgânica* – aquelas derivadas da contiguidade das horizontalidades na complementariedade solidária nos usos dos lugares do território, e que, por isso, proponho, sejam pensadas, também, como *solidariedades democratizantes* e na exata medida em que são pautadas pelo cotidiano solidário dos lugares onde vivem os homens lentos. Dou outro lado, temos as *solidariedades organizacionais*, animadas por razões que vêm de fora (*racionalidades sistêmicas* como diria Habermas) e que chegam como vetores da verticalização das organizações globais para usar o território e seus lugares, como as racionalidades do neoliberalismo que na *psicoesfera* dos lugares reforçam as razões da circulação do capital e que povoa – ou como diz Habermas, *coloniza o mundo da vida* e, com isso – individualiza a racionalização na organização do trabalho-vivo nos lugares considerando as próprias razões, ou as razões de existência dos lugares, se contrapondo, assim, às *solidariedades orgânicas*.



Certamente a questão da democratização do território universitário não se esgota nos fenômenos da dimensão espacial aqui observados, porque são várias e variadas as dimensões a serem analisadas; apenas como exemplo, objeto de outra intervenção, de razões que animam a psicoesfera desde espaço público estatal, ao menos desde sua autonomia financeira e que é determinante na produção de sua territorialidade: é a atual subsunção do *trabalho-manual* – a força-de-trabalho dos técnicos e dos administrativos – ao *trabalho-intelectual* dos docente e pesquisados (e parte da alta burocracia, em especial os profissionais operadores da lei, dispensados do controle). Subsunção concretizada na instalação do controle eletrônico de ponto e, pior, com banco de horas, apenas para controlar o tempo de exploração do *trabalho-manual*;⁷ o que significa uma derrota na psicoesfera universitária se considerarmos que toda comunidade vem participando, desde os anos de 1970, de inúmeras greves e manifestações em defesa da autonomia aqui analisada e que é, portanto, conquista dessa história de lutas da comunidade.

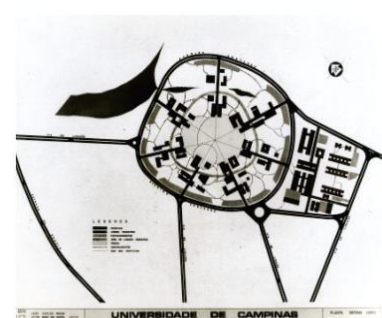
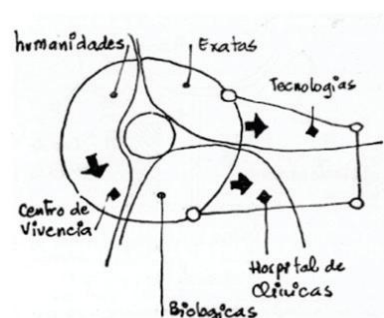
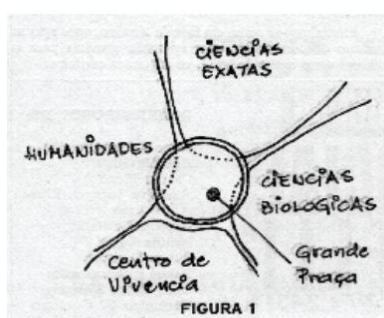
A subsunção do trabalho-manual ao intelectual decore da transformação do primeiro em custo de produção, e na exata medida em que, com a autonomia financeira, o debate sobre o equilíbrio financeiro se internaliza; com isso, a gestão dos custos ganha relevância no debate nas esferas públicas da universidade e nelas os diferentes retornos, em termos de valor, dos investimentos em força-de-trabalho intelectual e manual, valorizando o primeiro em detrimento o segundo que passa a ser mero custo. O que cria contradições nas relações de produção dentro do aparelho, como, por exemplo, as razões de uso do aparelho da *nova pequena burguesia* “estatal” (POULANTZAS; 1975, 1984) – que quer um aparelho com o menor custo possível para fazer sua força-de-trabalho produzir e circular o valor excedente gerado no uso cooperado do conjunto da força-de-trabalho universitária; e, do outro lado, um “novo proletariado estatal” que busca se apropriar de parte do valor que circula no território e que ajuda a produzir.

Não obstante a autonomia universitária, o uso do seu território se subordina às normas jurídicas do Estado capitalista e este às razões da sociedade burguesa, portanto, às razões da psicoesfera neoliberal; com isso a democratização da relação território e Estado capitalista passa pelo fortalecimento das razões dos lugares e seus respectivos espaços diálogo e deliberação, de tal forma que se configure na universidade uma psicoesfera democratizante.

⁷ De forma diferente do que aconteceu nas Universidade federais – sem defender nenhuma –, quando o controle foi instituído para todos os profissionais da educação universitária, o que fez aumentar a resistência destes lugares em relação ao controle eletrônico. Aqui, a associação dos Docentes – ADUNICAMP – “subiu no muro”, não tomou posição; contudo, na pessoa de sua Presidenta, apresentou proposta que viabilizaria a efetivação o projeto da Reitoria; e o fez em reunião de negociação entre as entidades (ADUNICAMP e STU – Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp) com a Reitoria, em plena paralisação liderada pelo STU e contra a implantação do ponto eletrônico.

A UNICAMP e sua autonomia

Como registra Castilho (2008), a relação entre autonomia e a organização da produção no espaço acompanha a UNICAMP desde sua formação. Ou seja, e como indica as imagens abaixo dos primeiros croquis, feito à mão, do que seria campus da UNICAMP, sua arquitetura organiza o uso do território distribuindo e, ao mesmo tempo, reagrupando áreas de conhecimentos afins; no mesmo movimento pensa-se fluxos de pessoas para lugares voltados à promoção de diálogos multidisciplinares, aquilo que seria um *espaço público ideal* (LI, DANG e SONG 2022).



Croquis e esquema da concepção original do plano urbanístico da Universidade. Fonte Plano Diretor da UNICAMP.

Como dito, a dimensão a autonomia ganha determinação na vida universitária quando da conquista, em 1989 – e com USP (Universidade de São Paulo) e UNESP (Universidade Estadual Paulista) –, da autonomia financeira e administrativa em relação ao Estado, ou ao Estado e ao Governo do estado de São Paulo, onde têm origem. Desde então, o Estado repassa para as três Universidades uma cota-parte de sua receita e elas têm autonomia para – como Estado, respeitando, portanto, o arcabouço jurídico-burguês – decidir onde usar seus recursos.

A cota-parte da UNICAMP, ou os recursos que ela recebe como repasse do governo do estado (RTE), é redistribuído pelo CONSU (a parti de proposta encaminhada pela Reitoria através da PRDU – Pró-reitora de Desenvolvimento Universitário) que, grosso modo, redistribuí o RTE entre as Unidades e Órgãos para cobrir seus custos de reprodução, como a pagamento da força-de-trabalho, a manutenção predial, dos equipamentos e de todo espaço, e a aquisição dos insumos necessários ao funcionamento dos lugares; a gestão deste recurso é de responsabilidade dos lugares. Entre as inovações na gestão central da Universidade, em 2022 foi criado Plano Plurianual de Investimentos (PPI); e nestes últimos anos a Prefeitura Universitária, como Órgão da administração central tem sido contemplada com recursos para ações que cobrem todo o território, ações que, por consequência, algumas delas adentram fronteiras de lugares da Universidade, por isso, são parte do objeto desta intervenção.



É imperativo informar que são diferentes as dimensões que o RTE assume no cotidiano dos lugares da UNICAMP, ou seja, alguns lugares complementam tais recursos com fontes extraorçamentárias – prestando serviços à sociedade ou a outros ramos do Estado – e, com isso, atingem localmente níveis de desenvolvimentos espacial superiores aos dos lugares que, tendo os RTE como “única fonte”, têm que poupar parte deste recurso para, no futuro, executar intervenções de manutenção corretivas. Nesse sentido o PPI pode ser um instrumento a contribuir com a democratização do território se, com ele, se buscar equidade nas condições de desenvolvimento dos lugares da Cidade Universitária.

Outra dimensão da análise, já anunciada, é a noção de *autonomia relativa* do Estado e de seus ramos e instâncias, conforme proposta por Poulantzas (1985), ou seja, Poulantzas entende o Estado capitalista “como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classe e frações de classe” (p. 147). Nesta formulação, a estrutura do Estado se materializa em um emaranhado de relações sociais contraditórias que se desagregam em instâncias relativamente autônomas e que competem entre si; e os distintos aparelhos territoriais ou de ramos – como as Universidades – estabelecem suas próprias relações sociais e materialidades. No caso da UNICAMP, sua autonomia e de seus lugares se materializam através de estruturas e de ações que guardam diferenças em função dos seus respectivos objetos de trabalho e porque são diferenciadas as possibilidades destes lugares, a partir dos valores-de-uso que entregam e que são produto do trabalho-vivo do pessoal dos lugares; ou seja, as Unidades se relacionam em diferentes condições com os atores do mercado e com o *pessoal do Estado* (POULANTZAS, 1985) – neste caso o pessoal de outros ramos do Estado como as instâncias de governos da federação brasileira, empresas estatais, ou órgãos públicos de financiamento de pesquisa –, o que acarreta diferentes condições de parecerias e, com elas, possibilidades de receitas extraorçamentárias; por consequência, diferentes condições de gestão e de desenvolvimento dos espaços para cada um dos lugares.

E aqui para localizar o movimento de autonomia da UNICAMP em um quando geral do debate sobre as Universidades Públicas, em especial no Brasil, é importante citar a publicação atual do Caderno CRH⁸ que traz um Dossiê que defende as Universidades como “instrumento de superação de múltiplas desigualdades” – o que, de alguma forma, faço aqui ao propor debater sua participação na democratização do território nacional. Entre as questões que o Dossiê traz, Laval (2025) chama atenção para os instrumentos de financiamento universitário e que operam na lógica da concorrência e, portanto, tendo nas racionalidades neoliberais o fenômeno

⁸ <http://dx.doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.65016> / Caderno CRH – ISSN: 1983-8239.



regulador da repartição dos recursos direcionados às atividades universitárias, o que leva a uma “desigualdade crescente nos rendimentos dos pesquisadores e nos financiamentos de pesquisa e de ensino” (p. 11). Isto quer dizer que tal lógica se contrapõe à democratização do território universitário na exata medida que fraciona o acesso dos seus lugares a recursos extraorçamentários capitados no mercado, portanto, implicando em condições diferente de desenvolvimento dos lugares do território; com implicações, acrescento, em sua psicoesfera e na interrelação entre os lugares do território.

No mesmo sentido de Laval, mas em sentido oposto ao da autonomia, Amaral, Junior e Salles (2025) chamam atenção para a desresponsabilização do Estado brasileiro em relação ao financiamento das Universidades Federais e as consequentes dificuldades que isso impõe à autonomia desta fração do Estado brasileiro. E o faz na exata medida em que as despesas de caráter contínuo, ou as despesas correntes das Universidades, passam a ser viabilizadas, ou mesmo depender de ementas parlamentares, emendas feitas ao orçamento da União, ao invés deste recurso ser parte do orçamento proposto pelo executivo, com rubrica própria, com capacidade de previsibilidade e gestão autônoma; ou seja, subvertendo a lógica da autonomia e da democraticidade; os recursos das emendas parlamentares, como dizem os autores, que “são recursos que deveriam contribuir para a melhoria das instalações físicas, compra de equipamentos etc., estão sendo usados para o pagamento de despesas básicas institucionais, como água, energia elétrica, internet, material de consumo, limpeza, vigilância etc.” (p. 8), o que subordina as Universidades aos interesses parlamentares.

Retornando à UNICAMP, um instrumento do Estado que coloca luz nos movimentos contraditórios da autonomia dos lugares aqui analisados, é a Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações e Contratos). Lei que renova a estrutura jurídica que ordena o uso do dinheiro do Estado, inovação que facilita este uso abrindo caminhos para, e ampliando prazos de, contratos; contudo, ela endurece no planejamento do uso do dinheiro estatal, criando, por exemplo, o Plano de Compras Anual (PCA), documento obrigatório e de acesso aberto através das redes institucionais de comunicação, para orientar o mercado e ter sua execução acompanhada por órgãos fiscalizadores. A Lei em si não anima as primeiras decisões que serão objeto de análise aqui, contudo as intervenções e a Lei demandam uma análise que tem como objeto os processos que articulam o uso dos lugares do território, ou a integração do trabalho-vivo e das demandas das Unidades e Órgão. Esta integração demanda uma reformulação da noção de autonomia que temos trabalhado, não se trata de oposição à ideia da autonomia, ao contrário, mas, talvez, de separar a noção de autonomia da noção de fronteira; no nosso território não são as cercas que garantem a autonomia, sim processos que autorizam a produção das condições cotidianas de



uso equânime do território, portanto processos democratizante: seja em termos de acesso aos insumos necessários ao funcionamento dos respectivos lugares; seja na manutenção das estruturas que abrigam o trabalho-vivo da Universidade, como os ambulatorios, laboratórios, salas de aula, os lugares que acolhem as atividades administrativas, de alimentação, vivências e confraternizações; assim como as estruturas que sustentam os fluxos das pessoas para estes lugares, como no projeto originário.

O fato é que a principal inovação da Lei 14.133 (e que é a maior das dificuldades da UNICAMP; e que se agrava com a decisão de se trabalhar com um único cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) para toda a Universidade) é exatamente a exigência do planejamento. Ou seja, a Lei endurece na cobrança de justificativas do porquê o uso do dinheiro público não foi planejado. E esta dificuldade está associada à autonomia das Unidade e Órgão da Universidade. Autonomia que acolheu racionalidades de gestão nos lugares onde acontecem e que se diferenciam em função, por exemplo, dos objetos de estudo e dos respectivos insumos consumidos. O que faz do território universitário um mosaico de razões e demandas diferentes e iguais em lugares diferentes e com diferenças no tempo de consumo, e que as unidades dispersamente faziam a gestão em função das equipes técnicas e com “equipes” de compra próprias. Acontece que esta realidade não existe mais, com a Lei 14.133 e um único CNPJ, porque, nesta forma não se pode mais cada lugar da Universidade comprar o que vai usar quando precisar, e o fazer com equipes próprias ou mesmo através da Diretoria Geral de Administração (DGA). Em uma tentativa de síntese, em termos ideais, diria que a Universidade “só pode fazer uma compra por ano de um determinado insumo” e, da mesma forma, “só pode fazer um contrato de prestação de serviço com o mesmo objeto”. O que reforça o imperativo do planejamento – que na verdade objetiva diminuir o número de compras e as possibilidades de uso do dinheiro público às margens da Lei.

Em termos de gestão territorializada, o desafio é o de concatenar as diferentes demandas dos diversos lugares do território e as especificidades de cada uma: da saúde, informacionais, tecnológicas, químicas, das humanidades e engenharias. Pior ainda, mesmo nas compras de itens de uso comum – seja insumo ou serviço – nos diferentes lugares, na Lei 14.133, as figuras do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR) ganharam caráter de obrigatoriedade e seus formuladores respondem pelos conteúdos; demandando, portanto, novas atividades e novos níveis de responsabilização ao pessoal, o que demanda a ampliação e uma redistribuição das responsabilidades das atividades de trabalho-vivo na Universidade; e isto seja mantendo um CNPJ, como é hoje ou com mais de um – se, no futuro, esta for a decisão –, porque as equipes de trabalho se organizarão em conformidade aos novos CNPJ.



A psicoesfera da Prefeitura Universitária

Como não poderia ser diferente, a noção que organiza as racionalidades das ações da Prefeitura junto às Unidades e aos Órgãos é a da autonomia destes lugares, de respeito às suas fronteiras, ou seja, a atuação da Prefeitura termina nas fronteiras dos lugares. O exemplo mais acabado da psicoesfera da Prefeitura e que é derivada da racionalidade da autonomia dos lugares e influenciada por razões externas às do território universitário – externas inclusive ao Estado, razões do mercado; o que significa, no sentido poulantziano de disputa do aparelho, uma derrota dentro deste pedado autônomo do Estado em favor de solidariedades democratizantes –, talvez seja a posição assumida pelo pessoal da Divisão de Água e Energia (DAE) da Prefeitura; qual seja: a ideia de que eles trabalham como fossem uma concessionária: respondendo pelas redes de distribuição de água e de energia dentro do território, recebem na porta da UNICAMP e entregam na porta dos consumidores, no limite das suas fronteiras, depois é responsabilidade do cliente, ou dos lugares autônomos do território. Esta situação entra em contradição a Lei 14.133 na exata medida que estas demandas dos lugares não poderão mais serem encaminhadas autonomamente, portanto terão que ser objeto de planejamento e de contrato compartilhado com outras lugares do território com o mesmo tipo de demanda.

Exemplo de racionalidade inversa e que decorre da Lei 14.133⁹ – construída de forma mais ou menos democrática, ouvindo mais ou menos os lugares – é o contrato de serviços de jardinagem (entre outros como os serviços de taxi, passagens aéreas, carros executivos, transportes de grupos de pessoas, cargas leves, copeiragem e *coffee break*, serviços que eram de responsabilidade da DGA e migraram para a Prefeitura em função da Lei 14.133). A jardinagem, antes de responsabilidade de cada lugar, no novo e único contrato da Universidade, todas as ações e em todos os lugares do território, têm como executor a Divisão de Meio Ambiente (DMA) da Prefeitura; ou seja, a DMA passa a ser responsável pela execução de atividades de trabalho de jardinagem dentro das fronteiras das Unidades e Órgãos. Neste caso, na UNICAMP, as fronteiras físicas perdem relevância na política territorial da Prefeitura, não obstante ganha relevância a participação dos lugares na definição do objeto a ser contratado, na construção do seu escopo para poder atender a diversidade dos lugares do território; da mesma forma, a participação dos lugares é determinante na definição do cronograma de execução dos serviços, e de tal forma que o cronograma – e construindo solidariedades democratizantes – incorpore de forma cooperada a organização cotidiana do trabalho de cada um dos lugares.

⁹ Por isso também a Lei 14.133 torna-se um fenômeno importante para a análise da relação entre os espaços da Universidade e, talvez, um caminho para se pensar a democratização do território nacional.



A iluminação do estacionamento dos Hospitais

Uma primeira intervenção tratada aqui é o caso da iluminação do estacionamento compartilhado entre o Hospital de Clínicas (HC) e o Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti (CAISM). A fronteira da área, de responsabilidade destes Hospitais, é delimitada por uma cerca de alambrado, inclusive com controle de acesso ao estacionamento. E neste espaço aconteceu a primeira intervenção da Prefeitura que, em nome do bem-estar e segurança das pessoas que trabalham nesses Hospitais, adentrou sua fronteira. Qual seja, há mais de uma década o estacionamento dos profissionais dos Hospitais se encontrava com iluminação precária e mesmo inexistente em alguns lugares, com dezenas de luzes queimadas e postes que a anos estavam fixados ao solo, mas sem receber sequer a fiação, portanto sem participar sequer da rede de alimentação de energia; não obstante os esforços das equipes técnicas e dirigentes dos Hospitais para resolver a questão.

Antes mesmo da Lei 14.133, a resolução do problema não conseguia se estruturar em função de demandar diferentes atividades de trabalho-vivo específicos, como, por exemplo a substituição de alguns dos postes que se apresentavam com alturas superiores as que demandavam atividades de manutenção menos complexa, como a troca de lâmpadas queimadas sem a utilização de equipamentos de segurança sofisticados ou para trabalho grandes alturas, o que demandava uma contratação de serviço específica e especializado. Da mesma forma, os postes fixados e não utilizados, para participarem da distribuição de energia e da iluminação do espaço, demandavam o desenho de toda a rede elétrica e a contribuição de cada um dos pontos – inclusive dos postes com altura fora de padrão e que, por isso, demandavam uma intervenção prévia para adequá-los às normas ou substituí-los. Este desenho da rede de energia determinaria a quantidade de cabos que seria necessário e mesmo a definição das luzes que melhor atenderia a demanda do lugar. A complexidade desta intervenção, dada a multiplicidade de variáveis envolvida, o fracionamento do mercado para atender as demandas específicas da intervenção e que compunham o seu todo, o que exige vários contratos para intervenções específicas, tudo isso compõe as causas da demora na resolução do problema.

A Prefeitura, até então, mesmo quando acionada não se envolvia com o problema porque este se localiza dentro das fronteiras dos Hospitais. Na psicoesfera da autonomia a intervenção não era de responsabilidade da Prefeitura; na DAE, se contrapondo à solidariedade orgânica que deveria organizar as relações internas a um espaço público, ainda que estatal, o discurso do pessoal – sem nenhum tipo de solidariedade porque sequer articula ou inervem no lugar, como nas racionalidades organizacionais, para que este possa ser usado pelas razões da organização – era de que os Hospitais tinham pessoal próprio para revolver seus problemas, posição que não



democratiza a relação entre os lugares. E é determinante observar que a longevidade do problema dos estacionamentos, existente a mais de uma década, portanto, atravessando mais do que duas gestões da Reitoria e dos Hospitais, o que demonstra o quanto está estruturada na psicoesfera da UNICAMP o respeito às fronteiras dos lugares, nesse caso dos Hospitais.

Ao depararmos com a questão, em reunião com a equipe da DAE, depois de insistirmos na necessidade de enfrentarmos a questão, fomos informados que tínhamos em estoque os insumos demandados e que as ações a serem desenvolvidas poderiam todas serem realizadas pelo pessoal do contrato de prestação de serviços da Prefeitura; mas insistia-se que a intervenção não poderia ser feita pelas razões já expostas. A decisão do Prefeito foi a de usar o pessoal e recursos materiais da Prefeitura para atender a demanda dos Hospitais, de tal forma que a Prefeitura – com o que tinha disponível e nos finais de semana concentrando a força-de-trabalho disponível nesta atividade – em 15 dias ou em dois finais de semana resolvera o problema da iluminação do estacionamento dos Hospitais que a mais de uma década “estava no escuro”, e atuando dentro das fronteiras da área de saúde da UNICAMP.

O recapeamento asfáltico e as fronteiras dos estacionamentos

Situação parecida aconteceu quando do recapeamento da massa asfáltica das ruas e avenidas do campus, assim como dos estacionamentos espalhados pelo território universitário. A avaliação técnica feita pela Divisão de Manutenção (DM) da Prefeitura indicava que, na maioria das ruas do campus e na maioria dos estacionamentos o pavimento recebia nota inferior às recomendadas; ato contínuo ao apresentarmos a questão ao Gabinete do Reitor (GR), este autorizou resolver a questão com recursos que depois vieram a constar do PPI. Em reunião com o pessoal da DM para informar a decisão e organizar os encaminhamentos da intervenção, o pessoal foi informado que a pasta-técnica deveria conter todos os estacionamentos que demandavam intervenção corretiva com massa asfáltica – independentemente de estar ou não dentro de fronteiras e fechado para uso exclusivo do pessoal da Unidade ou Órgão. Depois se descobrimos no Gabinete da Prefeitura que o projeto encaminhado pela DM para licitação não contemplava os estacionamentos cercados, ou os estacionamentos das Unidades e Órgão que tinham algum tipo de controle de acesso instituído pelo lugar, os outros estacionamentos todos, de livre acesso, estavam contidos no certame.

E aqui é determinante observar que se trata de um comando que se chocou com as racionalidades da psicoesfera universitária, das autonomias dos lugares da UNICAMP – porque sequer as unidades não contempladas reclamaram da não participação no certame, o máximo que foi feito foi tentar carona no certame, pedindo para que fosse aditando para incorporar seus

estacionamentos. Ou seja, as razões do comando, que são diferentes das razões da psicoesfera da autonomia, se mostraram inteligíveis dado o grau de incorporação das racionalidades da autonomia na psicoesfera da DM; não se tratou de nenhum tipo de desobediência ou resistência explícita ao comando, porque não houve nenhuma comunicação que publicizasse a contradição; contudo a questão externaliza uma contradição entre as razões de uma solidariedade orgânica e que orientou o comando, com as racionalidades da autonomia dos lugares que animam e estão incorporadas à psicoesfera do pessoal da DM. O que demonstra uma fragmentação no processo de realização do território e que se contrapõe à sua democratização. Depois, o contrato teve que ser aditado para incorporar os estacionamentos não incluídos no certame.

A cobertura dos Pinottinhos

Situação quase que inversa à da pavimentação dos estacionamentos, foi a da troca e modernização da cobertura dos prédios denominados de Pinottinhos – assim denominados por terem sido instituídos como modelo padrão e se espalhado por todo o campus na gestão do Reitor prof. José Aristodemos Pinotti. Esta intervenção tem início em reunião no GR quando fomos informados da ideia do PPI e nos foi demandado levantar intervenções que poderiam ser realizadas e que não teriam sido realizadas por falta de recursos financeiros.

Importante informar que na reunião com o pessoal da Prefeitura para compartilhar a informação e a demanda do GR, as demandas primeiras que foram levantadas, em especial pelo pessoal da DAE e da DM, foram todas de caráter preventivo e de modernização predial e de equipamentos no sentido da sustentabilidade, como a substituição de transformadores por equipamentos ecológicos, passando da isolação a óleo mineral para óleo vegetal.



Mapa do campus com as localizações dos edifícios do tipo “Pinottinho”: Fonte Plano Diretor Integrado da Unicamp.



Para ficar no exemplo dos Pinottinhos; eram muitas e diversificadas as demandas das Unidades e Órgãos para intervenções nestes prédios, seja nos telhados ou reparos nas estruturas com problemas de infiltração e espalhadas por todo o território – como na foto acima –, isto em função da forma como os RTE é distribuído entre as Unidades e Órgãos, forma que traz como consequência o fato já sinalizado de que a maioria dos lugares do território não ter recursos suficientes para investimentos em manutenção corretiva; menos ainda em manutenção preventiva; o que é uma dimensão importante e que deve ser enfrentada pela Universidade para equalizar as condições de manutenção entre os lugares e democratizar o uso do seu território.



Foto fachada padrão de prédio tipo “Pinottinho”: Prefeitura Universitária, foto José Reinaldo Braga, em 10/07/2025.

É importante destacar que os Pinottinhos – como na foto da fachada da Prefeitura acima – são projetos modulares que se replicaram, portanto, uma pasta-técnica possibilitou intervir em todos os prédios que se mantinham nas dimensões originárias. Ou seja, foi idealizado e feito um único contrato com uma empresa terceirizada para refazer e modernizar dos 40 telhados. Por isso a intervenção centralizada da Prefeitura atendeu todas as demandas específicas destes respectivos prédios, dentro das suas respectivas fronteiras, e fossem elas de urgência, corretivas ou acabando por ser de caráter preventivo.

É importante destacar que a pasta-técnica licitada – em um explícito movimento de solidariedade organizacional, porque a equipe da DM sempre era demandada e fortemente pressionada para ajudar na solução de problemas urgentes dos lugares sem condições próprias de resolução de tais demandas, ainda que por estar dentro de fronteiras, não fossem de responsabilidade direta da DM – além da recuperação dos telhados – fez avançar a estrutura predial do território ao autorizar a incorporação de placas fotovoltaicas na cobertura destes prédios; além do uso nas lajes de impermeabilizante mais eficaz e, atendendo as normas de



segurança do trabalho, a instalação de acessos para a manutenção das coberturas e equipamentos ali instalados. Importante observar que se o recurso usado de forma centralizada fosse repassado aos lugares, a intervenção não aconteceria ou aconteceria de forma a fragmentar o uso do território na medida em que o tempo de execução seria diferente em cada lugar.

Certamente os movimentos de definição de planos de investimentos devem ser o mais participativo possível e produtores de solidariedades orgânicas; no caso da UNICAMP, por exemplo, se a Lei 14.133, por um lado centralizou a contratação daquilo que é consumido por todos os lugares, a gestão destes contratos, a definição dos objetos e os respectivos planos de execução devem ser construções coletivas, com a participação dos lugares, inclusive porque são diversas e diversificadas as condições de cada um deles; e de tal forma que se valorize a autonomia dos lugares na produção democratizante da Cidade Universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão primeira que motivou esta intervenção é o risco constante que a autonomia da UNICAMP, USP e UNESP enfrentam e o quão frágil é a experiência, instituída por um Decreto que pode ser revisto a qualquer momento pelo Governador em exercício. A segunda questão: o exercício da autonomia desde pedaço do Estado brasileiro autoriza que sejam experimentados eventos democratizantes do espaço universitário e que podem servir de farol para a democratização do território nacional. Esta democratização passa pela ampliação dos canais de participação individual, coletiva e espacial no debate sobre o uso do território.

Uma terceira questão é o incomodo derivado da forma como a Prefeitura se relaciona com a autonomia dos lugares do território, nos exemplos analisados fica evidente que a autonomia espacialmente se materializa por meio de fronteiras; fronteiras que, em muitos casos, são verdadeiras cercas; cercas com maior ou menor validade do argumento da segurança, mas que, na maioria dos casos, em especial quando se refere a estacionamentos, tratam-se de formas de privatização de espaços públicos, restringindo a participação em espaço que deveriam ser de uso comum, todos os produtores dos valores do território e que ele oferece à sociedade. Mais do que isso, a racionalização da autonomia na gestão do aparelho gerou uma fragmentação entre as atividades de trabalho das unidades e as desenvolvidas nos Órgãos da Reitoria, em alguns casos temos mesmo um estranhamento; inclusive por falta de conhecimento dos Órgãos, porque muitas ações são desenvolvidas nos lugares – jardins são criados, aparelhos são comprados – sem que o Órgão da administração central responsável pela manutenção fique sabendo; mas, também, como no caso do estacionamentos dos Hospitais e do recape dos estacionamentos



cercados, o estranhamento decorre da ideia que a responsabilidade é do lugar, a própria forma como o orçamento da Universidade é distribuído, alocando recursos nas Unidades para que estas se responsabilizem pelas ações, reforça esta racionalidade.

E aqui, em meio as contradições da autonomia universitária como parte do Estado, a subordinação à Lei 14.133 e às racionalidades burguesas das solidariedades organizacionais, tem feito o território gritar de desespero porque, parte da autonomia dos lugares foi tolhida pela Lei na exata medida em que a UNICAMP teve que centralizar todas as compras e contratações – muitas antes eram feitas de forma localizada – em um único lugar e contrato; o que tem demandando, inversamente a lógica da fragmentação neoliberal, um diálogo crescente entre a DGA e os lugares; diálogo, ainda muito incipiente por que, entendo, inversamente à estratégia adotada, o dialogo deveria ter sido o primeiro passo dado, de tal forma que o trabalho-vivo dos lugares e os da DGA pudessem – e este é o desafio – se organizarem em um processo que conecte – e, mais importante, democratize – as ações da força-de-trabalho envolvida; um processo que estimule solidariedades democratizantes e que organize a cooperação entre a força-de-trabalho das unidades, entre as das Unidades e entre estas e as dos Órgãos da Reitoria, como DGA e Prefeitura; ainda, e de tal forma que todas as paisagens da Universidade e as atividades de trabalho que participam de sua produção, possam se desenvolver em condições adequadas, equânimes e de forma a garantir a sustentabilidade do território e seu entorno.

Uma última questão fruto da autonomia do espaço e que contribui com a democratização do território é, a ampliação da participação na comunidade discente de egressos de escolas públicas (cerca de 50%), de comunidades indígenas e de cotistas. O que ampliou a participação de vozes no debate sobre o uso do território deste espaço público estatal; não por acaso, se observa, por exemplo, pautado pelos discentes e com reação negativa de lugares da cidade de Campinas,¹⁰ a ampliação da política de cotas para seguimentos sociais, como, em 2024, a cota PcD (pessoas com deficiências) e, em 2025, a “cota trans” (pessoas que se autodeclaram trans, travestis ou não-binárias). Esta alteração na composição do espaço universitário coloca desafios que, para serem enfrentados e na perspectiva da democratização do território, demandam o envolvimento e a participação desta pluralidade na formulação de estratégias de fortalecimento do território aos ataques à democracia, com uma psicoesfera pautada pela democratização do debate público e que organize os movimentos nas fronteiras fortalecendo a autonomia dos lugares e a participação nos espaços públicos de todas as vozes e de cada uma delas.

¹⁰ Nota da Direção do IFCH sobre os acontecimentos da noite de 27/03/2025.

<https://www.ifch.unicamp.br/index.php/noticias/116294>. Revisitado em 25/07/2025.



REFERÊNCIAS

- AMARAL, C.N.; JUNIOR, T. da S. e SALLES, C.J. UNIVERSIDADES FEDERAIS: autonomia subtraída pelo financiamento? **Caderno CRH**, V. 38, 2025. DOI: <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.65172>.
- BRAGA, J.R. Campinas e os desafios da Participação intersetorializada e territorializada. **Dissertação (mestrado)**; Ciência Política; IFCH/UNICAMP; Campinas/SP, 2012.
- CASTILHO, F. **O conceito de universidade no projeto da UNICAMP.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP. 2008.
- GRAMSCI, A. **Maquiavel a Política e o Estado Moderno** Brasileira; RJ/RJ, 5ª Ed. 1984.
- GOMES, M.A.S. Parques Urbanos de Ribeirão Preto – SP: na produção do espaço, o espetáculo da natureza. **Tese (doutorado)**; IG/UNICAMP. Campinas/SP, 2009.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural na esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa.** Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro/RJ, 1984.
- LI, J.; DANG, A.; SONG, Y. Defining the ideal public space: A perspective from the publicness. **Journal of Urban Management**, Volume 11, Issue 4, Pages 479-487, 2022. <https://doi.org/10.1016/j.jum.2022.08.005>.
- LAVAL, C. *A transformação neoliberal da Universidade e suas relações com a episteme capitalista.* **Caderno CRH**, v. 38, 2025. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v38i0.65098>
- LOBODA, C.R. Práticas socioespaciais e espaços públicos em Guarapuava – PR. **Tese (doutorado)**; Geografia. FCT/UNESP, Presidente Prudente/SP, 2008.
- UNICAMP. **Plano Diretor Integrado da UNICAMP: 2021-2031; uma visão de futuro para os *campis*.** DEPI. Campinas/SP. 2021. Disponível em: <https://depi.unicamp.br/planejamento-territorial-plant/plano-diretor/>. Acesso em: 07/ 07/2025.
- POULANTZAS, N. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Zahar Ed. RJ/RJ, 1975.
- POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo.** Editora Graal, 2ª Edição, RJ//RJ, 1985.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2013.
- SANTOS, M. **A natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** 4ª Edição; Editora da Universidade de São Paulo; São Paulo/SP, 2004.